



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

***HABEAS CORPUS* Nº 130.194 - RIO DE JANEIRO**

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE. : KLEITON COSTA DA FONSECA
IMPTE. : ANDERSON FERREIRA PINTO
COATOR : RELATOR DO HC Nº 334.569 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Senhor Ministro-Relator,

1. O paciente foi condenado, junto com outros 16 (dezesseis) corréus, respectivamente, à pena de 2 (dois) anos de reclusão, pelo crime do art. 288 do Código Penal, 10 (dez) anos e 8 (oito) meses de reclusão, pelo delito do art. 158, § 1º, do Código Penal e 1 (um) ano de detenção, pela infração prevista no art. 4º, 'a', da Lei n.º 1.521/51, tudo em concurso material de crimes, resultando na pena final de 13 (treze) anos e 8 (oito) meses de reclusão, sendo 10 (dez) anos e 8 (oito) meses em regime inicial fechado, 2 (dois) anos em regime semiaberto e 1 (um) ano de detenção, mais multa. Foi mantida a prisão cautelar.
2. Da condenação foi interposta apelação pela defesa, distribuída no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no dia 8.8.2014, ainda pendente de julgamento.
3. Assim, visando à revogação da prisão cautelar, sob a alegação de excesso de prazo no julgamento do apelo e por falta de motivação, bem como a redução da pena por entender que foi exacerbada sem a devida fundamentação, foi impetrado o HC nº 334.569-RJ no Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu o pedido de liminar. Dessa decisão foi interposto agravo regimental, o qual foi recebido como pedido de reconsideração e indeferido.

4. Por isso o *writ*, no qual, com o afastamento da Súmula nº 691/STF, insiste o impetrante, em suma, na revogação da custódia preventiva por excesso de prazo, falta de fundamentação e por erro na dosimetria da pena.

5. A ordem não comporta conhecimento, pois vedada a impetração de *habeas corpus* contra o indeferimento de medida liminar em outro *writ* (Súmula nº 691/STF).

6. Ademais, conforme asseverado na decisão que indeferiu a liminar, “*não há como ter-se por desprovida de fundamentação ou teratológica a decisão que entende não haver elementos suficientes, demonstrados de plano, para o deferimento da liminar*”, por trazer questões não analisadas definitivamente pelo Superior Tribunal de Justiça (supressão de instância), e por não se vislumbrar evidente constrangimento ilegal apto a transpor a Súmula nº 691/STF, não se verificando ilegalidade na prisão cautelar, seja por falta de fundamentação (permaneceu recluso durante toda a instrução), seja por excesso de prazo no julgamento da apelação (não há desídia do Poder Judiciário – complexidade da causa, com 17 condenados).

7. Assim, prudente aguardar-se o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça.

8. Esse o quadro, opino pelo não conhecimento da ordem.

Brasília, 08 de outubro de 2015

EDSON OLIVEIRA DE ALMEIDA
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Tarcísio Burigo